

Prefeito avalia a administração e crê no futuro

O prefeito Afonso Guimarães fez uma análise da administração em 1991 destacando os principais avanços obtidos nas áreas de educação, saúde, desenvolvimento urbano e econômico de Campo Largo. Com

relação à habitação o prefeito comparou o total de moradias construídas durante o ano de 1991 com o total de moradias construídas durante o ano de 1990, cujo custo do atendimento será avaliado conforme as condições financeiras do paciente. "Quem

Na área de saúde Afonso destaca a construção do Hospital Municipal que prestará um bom serviço à toda a população, cujo custo do atendimento será avaliado conforme as condições financeiras do paciente. "Quem

não pode pagar nada, não irá pagar nada", disse.

Para o próximo ano o prefeito afirma que, conforme as palavras do presidente Fernando Collor, a situação, de início,

político, na opinião de Afonso, chega ao fim a política do ódio em Campo Largo e "aqueles que, ainda apostam nela, terão, no próximo ano, uma segura decepção nas eleições municipais".

ceu, mais uma vez este ano, de forma significativa principalmente com relação ao apoio aos estudantes universitários e de cursos técnicos que hoje somam 670 favorecidos.

FOLHA — Na área de Saúde, os trabalhos foram desenvolvidos?

AFFONSO — Aquisição de novas ambulâncias, ampliação e reforma de praticamente todas as unidades de saúde e ainda a conclusão da primeira etapa da construção do Hospital Municipal. Neste momento, ainda, o município está com nove frentes de trabalho de construção civil: Postos de Saúde construídos em Fazendinha, Santa Cruz, Vila Glória etc. e o Núcleo Integrado de Saúde de cujas obras já estão bem adiantadas sendo que, para o próximo ano, teremos nele consultas por especialistas e laboratório municipal.

FOLHA — Manter um hospital não é fácil. O município de Campo Largo tem condições de arcar com as despesas geradas por ele?

AFFONSO — Um hospital público é de difícil manutenção porque o custo do serviço hospitalar é bastante alto. Mas o nosso hospital, além da expectativa de integração no SUS, ainda pretendemos gerenciá-lo num estilo de Fundação Municipal de Saúde com a participação da sociedade. Vamos possibilitar a realização de convênios com a Unimed, Paraná Clínicas... porque eu acho que o nosso hospital deve ser gratuito para as pessoas que não tem condições de pagar nenhum centavo e deve ter custo para as pessoas que têm condições.

Não é justo que o município fique investindo em quem pode. A ideia do município é dar oportunidade aos que não têm condições mesmo. Como vai ser um bom serviço e está aberto à toda população, é muito justo que haja cobrança das pessoas que podem contribuir com o sistema, dentro daquele velho princípio de que quem precisa de governo é a população carente. Os mais abastados têm que arcar com algum ônus, inclusive na manutenção do próprio sistema. O hospital é de difícil gerenciamento, é de alto custo, mas é perfeitamente possível, desde que dentro de realidades bastantes dimensionadas e sólidas.

FOLHA — Como estão as prioridades sociais da administração 91?

AFFONSO — As prioridades sociais continuam sendo as essenciais como educação e saúde, e as de ordem geral, motivadas, principalmente agora, pela queda na atividade econômica do país, que ocasiona o aumento das necessidades da população em vários sentidos. A ampliação da miséria, o aumento do número de crianças nas ruas, com mais fome, mais necessidades, faz com que tenhamos que dar atenção especial à esta questão. Dentre as prioridades sociais temos que destacar também a Assistência Judiciária Gratuita que responde hoje por praticamente 70% de todo o movimento do Fórum da cidade.

FOLHA — Quais os benefícios direcionados à criança e ao estudante?

AFFONSO — As crianças foram beneficiadas através do Cime, da Fundação João XXIII, e com os avanços que tivemos na área da educação, através da ampliação da rede física com a construção de novas salas de aula, escolas, cursos de capacitação para nossos professores, transporte escolar que cres-



Prefeito Afonso Portugal Guimarães

lhões de dólares, coisa que o município nunca teve. Além da importância do investimento, vale ressaltar a extraordinária geração de empregos e receitas que isto pode trazer para o nosso município. Mas, é de lamentar que os maldosos de sempre — verdadeiros inimigos da cidade que, quando no poder, nunca tiveram preocupação com o desenvolvimento econômico e com a geração de empregos —, procurem caracterizar como negociatas esta intenção, confundindo a atual administração com o comportamento que sempre tiveram. Em 1945 Mussolini estava a serviço de Hitler. Hoje o Hitlerzinho Campolarguense está a serviço do Mussolini e bate em todos. Até no país. Querendo reeditar aqui em Campo Largo velhas práticas políticas já sepultadas pelo mundo moderno.

FOLHA — Dentro da proposta de abertura de mercado do Brasil, como avalia o Mercosul? De que forma Campo Largo pode aproveitar-se desse intercâmbio?

AFFONSO — Com a instalação já no ano passado da carta de intenções dos países do Cone Sul para a formalização do Mercosul, criam-se novas possibilidades para nossa cidade pelo fato de sermos passagem de integração entre Argentina, Paraguai e Uruguai e temos aqui um produto que nestes países é de pouca ou nenhuma produção. Esperamos que a Feira da Louça de Campo Largo tenha servido de entusiasmo para o nosso empresário para que, no mês de abril, Campo Largo possa estar representado em Buenos Aires, na 1.ª Feira do Mercosul. A nossa proposta é de um Stand de Campo Largo nesta feira, com a participação de várias indústrias campo-larguenses e aproveitando este momento,

FOLHA — Quais as expectativas quando a instalação do polo turístico em Campo Largo?

AFFONSO — As possibilidades do polo turístico acontecer na nossa cidade são muito boas. É um empreendimento extraordinário proposto por empresários sérios, dispostos a investir no nosso município, implantando uma estrutura de padrão internacional com custo aproximado de 20 mil-

FOLHA — Em comparação aos outros anos, isto realmente é um grande avanço.

AFFONSO — Se nós lembrarmos que tudo o que



Prefeito Afonso Portugal Guimarães

temos em habitações populares são 780 unidades construídas ao longo de todos estes anos, percebemos que é uma vitória significativa a construção de 720 moradias em apenas um curto período de administração.

FOLHA — Como está o interior do município, os agricultores campo-larguenses?

AFFONSO — Na agricultura, os avanços no interior do município foram significativos. Foram construídos vários abastecedores comunitários que protegem os mananciais e a água dos rios dos agrotóxicos; a construção de vários secadores de grãos, o que permite a melhoria na qualidade de nossos produtos, principalmente em épocas de chuva, quando os agricultores começam a perder produção por umidade excessiva. Continuamos também com o nosso trabalho de calcareamento de solo, de correção de pH no interior, incentivo à piscicultura e outros tipos de cultura e a construção de casas de farinha que sem dúvida, foi um ponto muito importante para os agricultores. Hoje eles mesmos produzem a sua farinha. Devemos ressaltar também a organização dos produtores rurais, do agronegócio, um excelente trabalho da nossa Secretaria Municipal de Agricultura, em conjunto com a Emater e que tem sido muito importante para o desenvolvimento do interior do município.

FOLHA — E a cultura? **AFFONSO** — No programa de cultura apresentamos à sociedade a Banda Municipal, o Coral da Escola Juvenil, a Fanfarra do Colégio Monsenhor Ivo Zanlorenzi, a construção da Casa da Cultura que entra na sua segunda etapa, o grupo filatélico evoluiu bastante, as escolas de arte estão funcionando muito bem e agora estão fazendo inclusão uma pintura maravilhosa no muro da Escola Macedo Soares.

FOLHA — Como avalia os trabalhos da Emlar e Coce? **AFFONSO** — Avançamos muito na questão de iluminação pública, através da Coce que, com a aquisição

de novos equipamentos, tomou a empresa ainda mais ágil e mais poderosa nos serviços que realiza. E a Emlar, além dos trabalhos de pavimentação e urbanização da cidade, tem gerenciado praticamente todos os trabalhos de construção da Prefeitura — um bom desempenho do Edson Pianaro e seus técnicos e engenheiros. Ela funciona aqui em Campo Largo com um pequeno IPUC, é praticamente o cérebro da Prefeitura para planejamento urbano.

FOLHA — E para o próximo ano, quais as expectativas? **AFFONSO** — Para o próximo ano vamos esperar muitas dificuldades — segundo as palavras do presidente da República — o começo de 1992 vai ser duro. Mas, tenho a esperança de que as coisas melhorem para que a gente possa dar continuidade na administração com capacidade de investimentos e também a expectativa da diminuição das carências sociais que estão muito agudas e profundas agora neste final de ano. Vamos esperar que haja uma melhoria na situação, para poder melhor atender a população nas suas necessidades.

FOLHA — Quantas habitações populares Campo Largo recebeu apenas este ano? **AFFONSO** — Em habitação este ano nós iniciamos praticamente 720 moradias populares, sendo 500 no Conjunto Partenópe e 220 no Moradias Bom Jesus. Além disso, mais 64 apartamentos pelo Inocop e 8 sobrados, o que completa este ano aproximadamente 800 habitações.

FOLHA — Em comparação aos outros anos, isto realmente é um grande avanço.

AFFONSO — Se nós lembrarmos que tudo o que

VIDRAÇARIA DILÇO CRUZARA
Rua Centenário, esquina com Rio Branco
Fone: 392-1221

GADENS
Materiais para construção
Onde você encontra tudo para sua construção com economia e certeza de qualidade
Av. Padre Natal Pigato, N.º 1981 - Fone: 292-1621

Tabela de preços

PRODUTOS	LEMBRASUL	CHEMIN	DRUZIKI
Açúcar parboilizado tipo 2 - 1 kg	634,00	595,00	570,00
Açúcar (Diana) 1 kg	445,00	460,00	445,00
Bomboml pacote	304,00	250,00	260,00
Batata 1 kg	146,00	79,00	110,00
Bolacha água e sal (Todeschini) 500 gr	920,00	668,00	960,00
Calaf (Alvorada) 500 gr	1.395,00	1.240,00	1.350,00
Cebola 1 kg	163,00	110,00	130,00
Feijão tipo 2 - 1 kg	512,00	320,00	410,00
Farinha de mandioca (Pinduca) 1 kg	403,00	280,00	510,00
Farinha de trigo especial 1 kg	526,00	528,00	475,00
Leite (Ninho) 400 gr	—	—	2.550,00
Margarina (Primor) 500 gr	1.058,00	—	775,00
Massa de tomate (Elefante) 140 gr	364,00	541,00	340,00
Macarrão com ovos (Todeschini) 500 gr	813,00	590,00	745,00
Óleo de soja (Leve) 900 ml	659,00	690,00	690,00
Ovos 1 dz	595,00	490,00	580,00
Pasta dental (Kolyons) 50 gr	223,00	295,00	340,00
Papel higiênico (Lord) 40m	—	99,00	137,00
Sai (Diana) 1 kg	204,00	204,00	230,00
Sabão em pedra (Guafra)	199,00	180,00	195,00
Sabão em pó (Omo) 400gr	861,00	895,00	860,00
Tomate 1 kg	945,00	390,00	580,00

Somados os preços dos mesmos produtos da cesta básica encontrados nos três supermercados, ontem (26) pela manhã, constata-se o custo de Cr\$ 10.311,00 no Lembrasul; Cr\$ 8.805,00 no Chemin; e Cr\$ 9.780,00 no Druziki.

Corpo de Bombeiros apresenta relatório

O novo comandante do Corpo de Bombeiros de Campo Largo, aspirante Jorge Luiz Milsted, que assumiu em 5 de setembro deste ano, informou as principais atividades desenvolvidas pelos seus 35 homens em 1991.

Stoco, em setembro, de grande proporções e muito prejuízo. Nesse incêndio, foram gastos 26 mil litros de água e 3 galões de extrato de espuma para apagá-lo, evitando maiores perigos para a vizinhança.

Até novembro, computando-se 57 ocorrências neste ano. O comandante Milsted destacou o apoio recebido da Prefeitura Municipal,

através da doação de um veículo Fiat e de uma moto, utilizados nas vistorias de praxe e no apoio tático às ocorrências.

A maioria dos casos atendidos foram de crianças.

OCORRÊNCIAS	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Incêndios	11	06	01	03	03	06	07	04	11	03	02	01
P.C/incêndios	02	01	01	01	01	—	01	01	—	01	01	—
Explosão	—	—	02	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Salvamento	03	04	—	03	02	03	03	01	01	01	01	04
Resgate	—	—	01	—	01	—	—	—	—	—	—	—
Busca	—	01	—	01	—	—	—	—	—	—	—	—
S. diversos	—	—	—	—	—	03	01	—	02	—	—	03
P.Exposto	—	—	—	—	—	03	—	01	—	—	01	—
E.Cap. Animais	01	—	02	—	—	—	—	—	01	—	—	01
A. Falso	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	01
V. realizadas	10	16	08	16	16	334	131	20	130	40	42	—

CÂMARA COM MUITO TRABALHO

Neste final de ano os vereadores tiveram muito trabalho, pois foram convocados para 5 sessões extraordinárias, a partir do dia 19 de dezembro. Nessas sessões extraordinárias os vereadores discutiram e aprovaram os seguintes Projetos de Lei:

Projeto de Lei nº 042/91, do Executivo autorizando a doação de área para a Sociedade Educacional Pingo de Gêntre, para fins de construção de escola.

Projeto de Lei nº 056/91, do Executivo, alterando para 5 meses de dezembro e janeiro os concursos de remoção para escolha de vagas na área educacional.

Projeto de Lei nº 057/91, do Executivo, doando área de 150 metros quadrados para a Sanepar (Companhia de Saneamento do Paraná) construir esgoto e almoraxifado em Ferraria.

Projeto de Lei nº 058/91, do Executivo, alterando para 5 anos o prazo do convênio entre a Prefeitura de Campo Largo e o Corpo de Bombeiros, podendo ser prorrogado por mais 5 anos.

Projeto de Lei nº 063/91, do Executivo, alterando tabela de Licença Sanitária, de aprovação de projetos de construção e expedição de Habite-se.

Projeto de Lei nº 054/91, do Executivo, que dispõe sobre o Sistema Tributário de Campo Largo Novo Código Tributário Municipal.

Projeto de Lei nº 053/91, do Executivo, alte-

BOLETIM DA CÂMARA

TIRO-DE-GUERRA EM CAMPO LARGO

A Câmara aprovou na sessão do dia 23 o Projeto de Lei nº 52/91 do Executivo, autorizando o município a firmar convênio com o Ministério do Exército para instalação do Tiro-de-Guerra em Campo Largo. Trata-se de antiga reivindicação do vereador Alberto Klemes (PTB) que insistiu junto ao prefeito Afonso Portugal Guimarães e autoridades militares para viabilizar essa implantação.

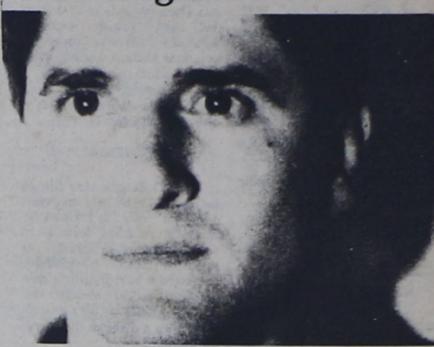
O Tiro-de-Guerra já funcionou antigamente em Campo Largo, na sede do Clube 18 de Copacabana (esquina das Ruas 7 de Setembro com Benedito Soares Pinto). É o próprio vereador Alberto Klemes que ressalta a importância de sua criação: os jovens campolarguenses prestarão o serviço militar aqui mesmo na cidade, com treinamentos e exercícios e permite em seus próprios lares. Isso evitará o afastamento dos jovens de suas famílias, muitas vezes para localidades distantes, como é o caso dos soldados designados para Brasília.

Além de diminuir despesas para os cofres públicos, pois quem mantém as Forças Armadas também é o contribuinte, a cidade irá lucrar com a instalação do Tiro-de-Guerra, não apenas no aspecto de segurança pública (final, serão mais 100 jovens treinados e prontos a colaborar em situações especiais) mas também nas festividades cívicas e esportivas. Segundo Alberto Klemes, a câmara municipal encerrou o ano de 91 com "chuve de ouro" ao aprovar a instalação do Tiro-de-Guerra.

Sebastião Moreira (PTB), apesar de votar favorável ao novo Código Tributário Municipal e ter apresentado emenda ao artigo 209 (aprovado por unanimidade) professor pelo envio da matéria às pressas, durante o recesso da Câmara e às vésperas do Natal. Segundo o vereador, o prefeito deveria ter enviado esse projeto com pelo menos um mês de antecedência, para possibilitar análise mais criteriosa por parte dos vereadores.

Na mesma linha de raciocínio de Moreira, Osvaldo Andrade Zotto (PTB), também lembrou os prazos necessários para votação de matéria de tal importância. Citando os artigos 173 e 174 do Regimento Interno, lembrou aos colegas os prazos previstos para análise e votação de códigos: após seu recebimento pelo plenário, são encaminhados à comissão, onde o poder permanecerá por 20 dias para receber emendas ou sugestões. A comissão poderá solicitar assessoria de órgão e assistência técnica ou parecer de especialista na matéria. Na primeira discussão, o projeto de código será discutido e votado por capítulo. Todas essas formalidades foram dispensadas pelos vereadores, por consenso, na aprovação do Código Tributário Municipal.

Em rápida avaliação de 1991, o vereador Juarez Buttore de Oliveira (PTB), considerou o ano bastante positivo, apesar da crise econômica e financeira que assola o país. Destacou seus trabalhos e projetos debatidos e aprovados no Legislativo municipal, dentre os quais lembrou a construção da ponte sobre o rio Três Barras, que foi objeto de sua emenda, aprovada pela câmara e constante da L.D.O. (Lei de Diretrizes Orçamentárias) deste ano.



Carlos Augusto Weber

Secretário municipal de Finanças analisa o novo Código Tributário

Aprovado em sessões extraordinárias pela Câmara Municipal, o novo Código Tributário de Campo Largo, foi sancionado pelo prefeito Afonso Portugal Guimarães através da Lei nº 963/91, que está sendo publicada nesta edição.

O secretário municipal de Finanças e Orçamento, Dr. Carlos Augusto Weber, um dos coordenadores na elaboração do novo código, destacou sua importância para os contribuintes.

Segundo Carlos Augusto Weber, as principais vantagens que virão com a implantação do novo Código Tributário, a partir de 1992, são as seguintes:

- Consolidação de inúmeras leis anteriores que regiam os tributos municipais, modernizando-as e adaptando-as às novas disposições da Constituição Federal, Estadual e da Lei Orgânica Municipal de Campo Largo. Deve-se ressaltar que o Código anterior datava de 1977, portanto há quase 15 anos e inúmeras leis municipais dispersas dificultavam a consulta e aplicabilidade prática. Agora, uma única lei, o novo Código Tributário, facilitará a aplicação.
- Justiça fiscal, isentando de grande maioria dos contribuintes, enquadrados no dispositivo do artigo 61, § 3º, que dispensa o pagamento de IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) todas as residências com metragem não superior a 70 metros quadrados e cujos proprietários tenham renda mensal igual ou inferior a 16 (dezesesseis) vezes o V.R.M. (Valor de Referência Municipal) equivalentes hoje a Cr\$ 108.800,00 e sejam proprietários desse único imóvel, utilizando-o para sua residência.
- Remissão total dos débitos até 2 V.R.M. (Cr\$ 13.600,00), estejam ou não lançados em dívida ativa, que serão automaticamente anistiados e perdoados.
- Redução do IPTU para imóveis localizados em regiões limítrofes do perímetro urbano, linderos às áreas agrícolas, que sejam utilizados para subsistência familiar, de área inferior a 5.000 metros quadrados e os de área superior a 5.000 metros quadrados, que sejam utilizados de forma permanente para exploração agropastoril, terão redução de 30%.
- Inclusão de alíquotas intermediárias entre 0,5 e 2% até então inexistentes, beneficiando inúmeros proprietários com redução do IPTU, atendendo peculiaridades desses imóveis.
- Redução do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) de valor fixo anual em 50%, para os profissionais autônomos sem curso superior; enquanto que os que tem formação universitária terão elevação em um Valor de Referência Municipal.
- Adoção de um único índice para todos os tributos municipais, o V.R.M. (Valor

de Referência Municipal) eliminando a diversidade até então existente. O V.R.M. é vinculado à inflação oficial, que, como é do conhecimento geral, tem variação inferior à inflação real. A necessidade de indexar os tributos, tem por objetivo o de não torná-los defasados e atender exigências de órgãos repassadoros de recursos e convênios federais e estaduais. Houve determinados períodos, na administração anterior, em que esses valores permaneceram fixos, em época de congelamento de preços a nível nacional, e porque, na maioria dos casos, os lançamentos eram superfaturados e cobradas taxas de administração e gerenciamento de obras públicas, bem como cobrados os custos dos projetos, o que não ocorre atualmente.

As taxas de serviços, tais como coleta de lixo, limpeza de calçamentos, iluminação pública e outras, tiveram seus valores adequados à nova realidade econômica para atender com maior eficiência às necessidades da população, ampliando esses serviços para outros bairros ainda não beneficiados ou atualmente atendidos de forma precária.

Em rápida avaliação de 1991, o vereador Juarez Buttore de Oliveira (PTB), considerou o ano bastante positivo, apesar da crise econômica e financeira que assola o país. Destacou seus trabalhos e projetos debatidos e aprovados no Legislativo municipal, dentre os quais lembrou a construção da ponte sobre o rio Três Barras, que foi objeto de sua emenda, aprovada pela câmara e constante da L.D.O. (Lei de Diretrizes Orçamentárias) deste ano.

Juarez ainda falou que o tratamento recebido pelo prefeito foi imparcial e democrático, tendo sido atendido em diversos pedidos feitos pela população e encaminhados através dele, como por exemplo, o ensaiamento de rua de serviço, na Rondinha (família Cordeiro), além de melhorias no loteamento São Francisco. O vereador espera contar com a mesma presteza e atenção do prefeito em 1992, quando acredita que serão construídas a praça e o parque planejados para Baetas e objeto de emendas à L.D.O.

Darci Andreassa (PDT), destacou a abertura de rua ligando o Itaiuí de Cima à fábrica Cerasul, que irá beneficiar inúmeras pessoas, que anteriormente precisavam dar uma grande volta para chegar a esses locais. A ponte necessária à ligação já está pronta, faltando agora o alargamento da antiga estrada que já existe, seu patrolamento e ensaiamento. Após o término desses serviços, o vereador Darci pretende solicitar a passagem de ônibus urbano por esse trajeto.

Sebastião Moreira (PTB), apesar de votar favorável ao novo Código Tributário Municipal e ter apresentado emenda ao artigo 209 (aprovado por unanimidade) professor pelo envio da matéria às pressas, durante o recesso da Câmara e às vésperas do Natal. Segundo o vereador, o prefeito deveria ter enviado esse projeto com pelo menos um mês de antecedência, para possibilitar análise mais criteriosa por parte dos vereadores.

Na mesma linha de raciocínio de Moreira, Osvaldo Andrade Zotto (PTB), também lembrou os prazos necessários para votação de matéria de tal importância. Citando os artigos 173 e 174 do Regimento Interno, lembrou aos colegas os prazos previstos para análise e votação de códigos: após seu recebimento pelo plenário, são encaminhados à comissão, onde o poder permanecerá por 20 dias para receber emendas ou sugestões. A comissão poderá solicitar assessoria de órgão e assistência técnica ou parecer de especialista na matéria. Na primeira discussão, o projeto de código será discutido e votado por capítulo. Todas essas formalidades foram dispensadas pelos vereadores, por consenso, na aprovação do Código Tributário Municipal.

Em rápida avaliação de 1991, o vereador Juarez Buttore de Oliveira (PTB), considerou o ano bastante positivo, apesar da crise econômica e financeira que assola o país. Destacou seus trabalhos e projetos debatidos e aprovados no Legislativo municipal, dentre os quais lembrou a construção da ponte sobre o rio Três Barras, que foi objeto de sua emenda, aprovada pela câmara e constante da L.D.O. (Lei de Diretrizes Orçamentárias) deste ano.

Juarez ainda falou que o tratamento recebido pelo prefeito foi imparcial e democrático, tendo sido atendido em diversos pedidos feitos pela população e encaminhados através dele, como por exemplo, o ensaiamento de rua de serviço, na Rondinha (família Cordeiro), além de melhorias no loteamento São Francisco. O vereador espera contar com a mesma presteza e atenção do prefeito em 1992, quando acredita que serão construídas a praça e o parque planejados para Baetas e objeto de emendas à L.D.O.

matematicamente anistiados e perdoados.

Redução do IPTU para imóveis localizados em regiões limítrofes do perímetro urbano, linderos às áreas agrícolas, que sejam utilizados para subsistência familiar, de área inferior a 5.000 metros quadrados e os de área superior a 5.000 metros quadrados, que sejam utilizados de forma permanente para exploração agropastoril, terão redução de 30%.

Inclusão de alíquotas intermediárias entre 0,5 e 2% até então inexistentes, beneficiando inúmeros proprietários com redução do IPTU, atendendo peculiaridades desses imóveis.

Redução do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) de valor fixo anual em 50%, para os profissionais autônomos sem curso superior; enquanto que os que tem formação universitária terão elevação em um Valor de Referência Municipal.

Adoção de um único índice para todos os tributos municipais, o V.R.M. (Valor

de Referência Municipal) eliminando a diversidade até então existente. O V.R.M. é vinculado à inflação oficial, que, como é do conhecimento geral, tem variação inferior à inflação real. A necessidade de indexar os tributos, tem por objetivo o de não torná-los defasados e atender exigências de órgãos repassadoros de recursos e convênios federais e estaduais. Houve determinados períodos, na administração anterior, em que esses valores permaneceram fixos, em época de congelamento de preços a nível nacional, e porque, na maioria dos casos, os lançamentos eram superfaturados e cobradas taxas de administração e gerenciamento de obras públicas, bem como cobrados os custos dos projetos, o que não ocorre atualmente.

As taxas de serviços, tais como coleta de lixo, limpeza de calçamentos, iluminação pública e outras, tiveram seus valores adequados à nova realidade econômica para atender com maior eficiência às necessidades da população, ampliando esses serviços para outros bairros ainda não beneficiados ou atualmente atendidos de forma precária.

Em rápida avaliação de 1991, o vereador Juarez Buttore de Oliveira (PTB), considerou o ano bastante positivo, apesar da crise econômica e financeira que assola o país. Destacou seus trabalhos e projetos debatidos e aprovados no Legislativo municipal, dentre os quais lembrou a construção da ponte sobre o rio Três Barras, que foi objeto de sua emenda, aprovada pela câmara e constante da L.D.O. (Lei de Diretrizes Orçamentárias) deste ano.

Juarez ainda falou que o tratamento recebido pelo prefeito foi imparcial e democrático, tendo sido atendido em diversos pedidos feitos pela população e encaminhados através dele, como por exemplo, o ensaiamento de rua de serviço, na Rondinha (família Cordeiro), além de melhorias no loteamento São Francisco. O vereador espera contar com a mesma presteza e atenção do prefeito em 1992, quando acredita que serão construídas a praça e o parque planejados para Baetas e objeto de emendas à L.D.O.